

## **ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

### **8.1 – CARACTERIZAÇÃO DA ENTIDADE**

#### **8.1.1 - Identificação**

Município de Celorico da Beira  
Rua Sacadura Cabral  
6360-350 Celorico da Beira  
N.º de Identificação Fiscal – 506 849 635

#### **8.1.2 - Legislação**

A Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro estabelece o regime financeiro dos municípios (Lei das Finanças Locais).

O n.º 1 do artigo 6º do mesmo diploma determina que o Município de Celorico da Beira tem património próprio, cuja gestão compete aos respetivos órgãos. O n.º 2 do artigo 6º do referido diploma determina os poderes dos órgãos do Município.

Os n.º 1 e 2 do artigo 3º do mesmo diploma estabelecem ainda que o Município de Celorico da Beira está sujeito às normas consagradas na lei de Enquadramento Orçamental e aos princípios e regras orçamentais e de estabilidade orçamental.

A participação da autarquia nos recursos públicos visa o equilíbrio financeiro vertical e horizontal. O equilíbrio financeiro vertical visa adequar os recursos de cada nível de administração às respetivas atribuições e competências, enquanto que o equilíbrio horizontal pretende promover a correção de desigualdade entre autarquias do mesmo grau, resultantes de diferentes capacidades de arrecadação de receitas ou diferentes necessidades de despesa.

A repartição de recursos públicos entre o Estado e os municípios é obtida através de uma subvenção geral determinada a partir do Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF) de 19,5% de média aritmética simples da receita proveniente dos impostos sobre as pessoas singulares (IRS), sobre o rendimento das pessoas coletivas (IRC) e sobre o valor acrescentado (IVA); uma subvenção específica a partir do Fundo Social Municipal (FSM) correspondente às despesas relativas, às competências transferidas da administração central para os municípios; uma

participação variável de 5% no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na respetiva circunscrição territorial.

O Endividamento autárquico baseia-se em princípios de rigor e eficiência, na prossecução dos objetivos de minimização de custos diretos e indiretos a longo prazo; garantir a distribuição equilibrada de custos pelos vários orçamentos anuais; na prevenção de excessiva concentração temporal de amortização; e não exposição a riscos excessivos.

De acordo com o disposto no art. 52º da Lei das Finanças Locais atualmente em vigor, a dívida total dos Municípios não pode ultrapassar a 31 de dezembro de cada ano 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores. Os municípios que não cumpram o limite anterior deverão reduzir, em cada ano subsequente pelo menos 10% do montante em excesso. Caso cumpram o limite, este só pode aumentar 20% da margem disponível no início de cada um dos exercícios.

O regime relativo à contabilidade das autarquias locais visa a sua uniformização, normalização e simplificação, de modo a constituir um instrumento de gestão económico-financeira, permitir o conhecimento completo do valor contabilístico do respetivo património, bem como a apreciação e julgamento das respetivas contas anuais.

A contabilidade das autarquias locais respeita o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), podendo ainda dispor de outros instrumentos necessários à boa gestão e ao controlo do dinheiro e outros dos ativos públicos.

As contas anuais dos municípios e das entidades associativas municipais que detenham capital em fundações, empresas municipais, intermunicipais ou sociedades anónimas devem ser verificadas por auditores externos, que reportam à Assembleia Municipal.

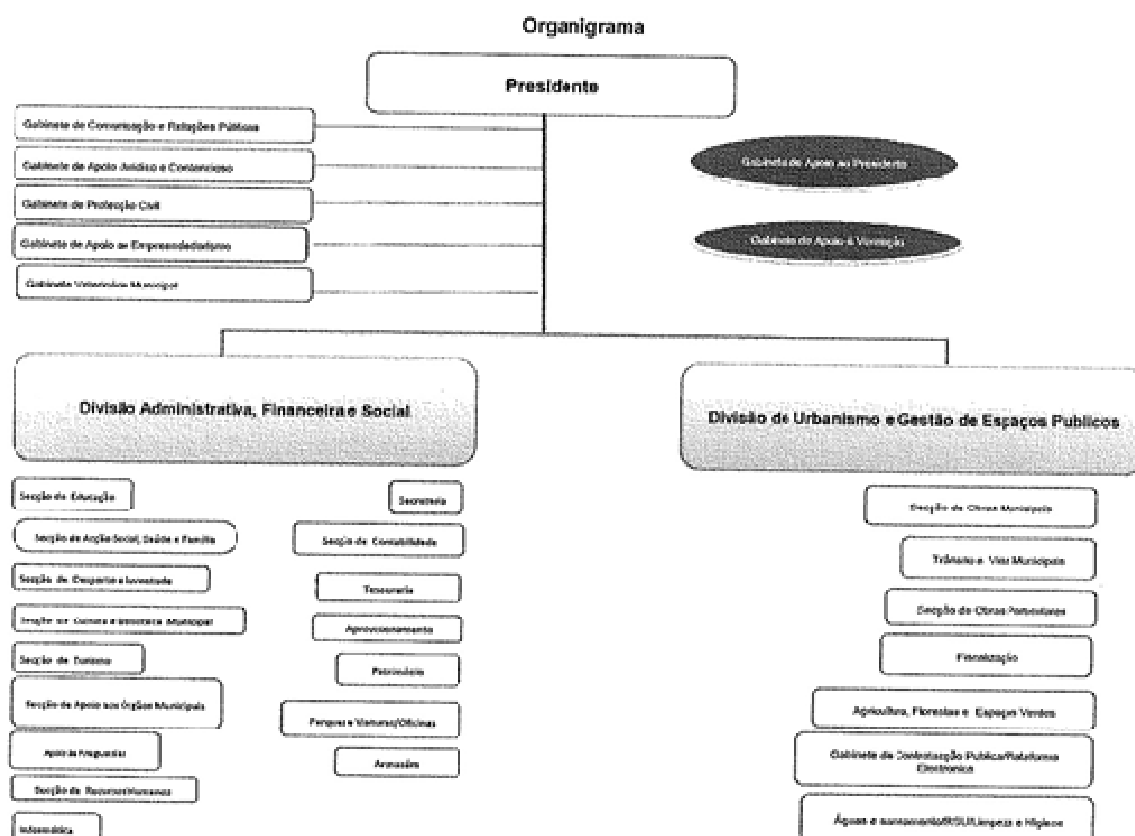
### **8.1.3 - Estrutura organizacional efetiva**

O aviso n.º 9 (2ª série) de 14 de Janeiro 2013, vem regulamentar a estrutura e organização dos serviços municipais. De acordo com o capítulo I, o regulamento define os objetivos, a organização e os níveis de atuação dos serviços do Município de Celorico da Beira,

bem como os princípios que os regem e respetivo funcionamento, nos termos e respeito pela legislação em vigor.

O Município e os seus serviços prosseguem, nos termos e formas previstas na lei, fins de interesse público municipal, tendo como objetivo principal da sua atividade a melhoria das condições gerais de vida e dos interesses próprios da população do concelho.

A estrutura orgânica dos serviços municipais, competências e atribuições genéricas fazem parte integrante do aviso atrás mencionado, sendo que a estrutura orgânica dos serviços municipais se divide em Divisões, Secções e Serviços, que podem observar-se no organograma do Município de Celorico da Beira e cujas atribuições, objetivos e competências estão previstas na parte relativa à "Estrutura Orgânica" do Município de Celorico da Beira constante do aviso referido.



Compete à Assembleia Municipal, conforme a alínea a), do n.º 2 do artigo 25º, da Lei 75/2013, de 12 de Setembro, acompanhar e fiscalizar a atividade do Município.

#### **8.1.4 - Descrição sumária das atividades**

O objetivo estratégico do Município de Celorico da Beira passa pela promoção do bem-estar da população e a qualificação do concelho, assentes na valorização dos recursos, numa perspetiva de desenvolvimento sustentável e de participação dos cidadãos. Para a prossecução destes objetivos a sua atividade baseia-se na matriz de competências e atribuições definidas na Lei 75/2013, de 12 de Setembro.

#### **8.1.5 - Recursos humanos**

Os responsáveis pela gerência em análise são:

<b>Nome</b>	<b>Função</b>	<b>Período de responsabilidade</b>
José Francisco Gomes Monteiro	Presidente	1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2016
José Luís Saúde Cabral	Vice Presidente	1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2016
Maria do Céu Neves Martins Louro	Vereadora	1 de Janeiro a 24 de Outubro de 2016
Luís Carlos Fernandes Santos	Vereador	25 de Outubro a 31 de Dezembro de 2016
Maria Teresa Carvalho Campos Meireles da Cunha	Vereadora	18 de Março a 4 de Maio de 2016
Victor Martins Santos	Vereador	1 de Janeiro a 17 de Março e 5 de Maio a 31 de Dezembro de 2016
Manuel António de Almeida Portugal	Vereador	1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2016

#### **8.1.6 - Organização Contabilística**

A autarquia dispõe de procedimentos contabilísticos adequados às suas necessidades, descritos na Norma de Controlo Interno.

A informação contabilística é disponibilizada mensalmente; diariamente é confrontado o resumo diário de tesouraria e os registos contabilísticos validando a sua conformidade.

Os sistemas informáticos utilizados pelo Município de Celorico da Beira relacionados com a contabilidade são: o Sistema de Contabilidade Autárquica (SCA), Sistema de Gestão de Tesouraria (SGT), Sistema de Gestão de Água (SGA), Sistema de Inventário e Cadastro Patrimonial (SIC), Obras por Administração Direta (OAD), Sistema de Gestão de Stocks (GES), Controlo de Obras Públicas (COP) e Sistemas de Taxas e Licenças (TAX) da Associação Informática de Região Centro.

#### **8.1.7 - Outra informação relevante**

O Município de Celorico da Beira submeteu, conforme disposto no n.º1 do art.77º da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro, as contas do exercício de 2016 a análise de um auditor externo.

Com a publicação da Lei nº 8/2012 de 21 de fevereiro (Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso), houve várias alterações no modo de funcionamento do Município, nomeadamente no que diz respeito aos procedimentos de aquisição de bens e serviços, bem como na regularização de pagamentos em atraso.

No seguimento da situação de desequilíbrio financeiro estrutural, a Assembleia Municipal declarou essa mesma situação nos termos da Lei das Finanças Locais em 2012, tendo sido apresentada simultaneamente uma candidatura ao Programa de Apoio à Economia Local (PAEL).

O Município foi, entretanto, obrigado a aderir ao Fundo de Apoio Municipal (FAM), nos termos da Lei nº 53/2014 de 25 de agosto, sendo que os pedidos de financiamento de reequilíbrio financeiro e PAEL, que se encontravam a aguardar visto do Tribunal de Contas deveriam então

ser anulados e substituídos com esta candidatura ao FAM, que aprovada pela respetiva Comissão Executiva a 01-09-2015.

No entanto de acordo com os dados financeiros de 2015 e 2016, o Município de Celorico da Beira já não se encontrava em situação de rutura financeira prevista no n.º 2 do artigo 61.º da Lei 73/2013 de 3 de setembro, o que significa que já não estava em situação de adesão obrigatória ao procedimento de recuperação financeira ao abrigo do Fundo de Apoio Municipal (FAM), pelo que se requereu uma suspensão da adesão ao FAM. À presente data o Município está apenas obrigado a aderir ao mecanismo do saneamento financeiro nos termos do n.º 3 do artigo 58.º da Lei 73/2013 de 3 de setembro, pelo que se está a concluir o respetivo estudo para que o mesmo seja devidamente aprovado pela Assembleia Municipal e remetido ao Tribunal de Contas no decorrer do ano de 2017.

De acordo com as contas apresentadas pela empresa municipal participada a 100% pelo Município “EMCEL – Empresa Municipal Celoricense, Gestão de Espaços Culturais e Social E.M.”, o resultado antes de impostos em 2016 é de -89.655,02. No decorrer de 2016 foram transferidos para a empresa municipal 200.783,14€ a título de cobertura de prejuízos do ano anterior nos termos do art.º 40.º da Lei 50/2012 de 31 de Agosto. Esta mesma empresa está em processo de internalização de acordo com a deliberação da Assembleia Municipal de 28-12-2015, nos termos do art.º 62.º da Lei 50/2012 de 31 de Agosto. No âmbito do processo de internalização em 2016 foram integrados os funcionários no Município em regime de cedência de interesse público, bem como foram internalizadas as atividades da EMCEL, nomeadamente o Lagar Municipal, Solar do Queijo e Centro Coordenador de Transportes, passando a ser o Município a explorar diretamente esses equipamentos.

À data de 31-12-2016 foi efetuada uma partilha parcial da EMCEL onde as dívidas a terceiros (947.359,40€) e parte do imobilizado (222.567,53€) foram contabilizados nas contas de 2016 do Município, tendo sido ajustado o valor da respetiva participação financeira de acordo com o método da equivalência patrimonial. As dívidas incorporadas no Município visam a inclusão das mesmas no plano de saneamento financeiro anteriormente mencionado. No decorrer de 2017 o processo de internalização e liquidação da empresa ficará concluído.

Em 2016 foi contabilizada a participação do Município na “WRC - Web Para A Região Centro, Agência de Desenvolvimento Regional, S.A.” no valor de 2.500€. Este valor já tinha sido pago em 2003, no entanto tinha sido mal contabilizado numa conta de custos, pelo que se procedeu à contabilização da participação, bem como se registou uma provisão para acautelar os resultados transitados negativos apresentados nas últimas contas de gerência disponibilizadas.

## **8.2 - NOTAS AO BALANÇO E A DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS**

**8.2.1 – Indicação e Justificação das disposições do POCAL que, em casos excecionais, devidamente fundamentados e sem prejuízo do legalmente estabelecido, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos no Balanço e Demonstração de Resultados, tendo em vista a necessidade de estes darem uma imagem verdadeira e apropriada do Ativo, do Passivo e dos Resultados da Autarquia Local.**

Não Aplicável.

**8.2.2 – Indicação e comentário das contas do Balanço e da Demonstração de Resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior.**

As contas 22 e 268 do Balanço incorporam dívidas a terceiros no valor global de 947.359,40€, transitadas da EMCEL, no âmbito do processo de internalização.

Na conta “712 – Prestações de serviços” da Demonstração de Resultados em 2016, foram corretamente contabilizadas receitas de saneamento e resíduos sólidos que no ano anterior estavam incorretamente contabilizadas na conta “72 – Impostos e taxas”.

### **8.2.3 - Critérios valorimétricos e contabilísticos**

#### **Imobilizações**

Foram contabilizados os bens móveis cuja aquisição ocorreu durante o ano 2016. Todos os registos foram realizados ao custo de aquisição.

#### **Investimentos Financeiros**

A participação do Município na EMCEL está contabilizada de acordo o método da equivalência patrimonial. A participação na “WRC - Web Para A Região Centro, Agência de Desenvolvimento Regional, S.A.” está contabilizada pelo custo.

#### **Imobilizações corpóreas**

Foram registadas ao custo de aquisição ou no caso das grandes reparações e beneficiações, pelo seu custo real.

Os ativos do imobilizado obtidos a título gratuito estão registados pelo valor resultantes da avaliação ou o valor patrimonial, definidos nos termos legais ou, caso não exista disposição aplicável, pelo valor resultante da avaliação segundo critérios técnicos que se adequem à natureza desses bens. No caso de este critério não ser exequível, o imobilizado assume o valor zero até ser alvo de uma grande reparação, assumindo então o valor desta.

#### **Imobilizações em Curso**

Estão registadas ao custo de aquisição ou construção e são transferidas para imobilizado no momento da receção provisória.

#### **Bens de domínio público**

Os bens de domínio público da responsabilidade da autarquia, são classificados como tal, sempre que a autarquia seja responsável pela sua administração e controlo, com exceção dos



bens do património histórico artístico e cultural, são valorizados sempre que possível, ao custo de aquisição ou construção, com base nos mesmos critérios definidos para o Imobilizado Corpóreo.

### **Amortizações**

As amortizações são calculadas segundo o método das quotas constantes, com base nas taxas máximas de amortização decorrentes das tabelas da Portaria n.º 671/2000, de 17 de Abril.

### **Acréscimos e Diferimentos**

Os custos e os proveitos são reconhecidos contabilisticamente à medida que são gerados, independentemente do momento em que são pagos ou recebidos, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

### **Dívidas de terceiros e a terceiros**

As dívidas de e a terceiros são expressas pelas importâncias constantes dos documentos que as titulam. A classificação em balanço encontra-se efetuada de acordo com o prazo de vencimentos das dívidas ativas e passivas, isto é, no curto prazo para todas as situações que se vencem dentro dos meses seguintes após a data de balanço e, no médio e longo prazo, para todas as situações de dívidas ativas e passivas que se vençam a mais de 12 meses após a data de balanço.

### **Disponibilidades**

As disponibilidades de caixa e depósitos em instituições financeiras são expressas pelos montantes em numerário, cheques e vales postais e saldos de todas as contas bancárias com base na moeda em curso legal, o Euro.

## **Existências**

As existências são registadas a custo de aquisição e valorizadas pelo critério do custo médio ponderado, critério que serve de base ao apuramento do custo das existências consumidas.

### **8.2.4 - Cotações utilizadas na conversão em moeda portuguesa de transações em moeda estrangeira**

Nada a referir.

### **8.2.5 - Situações em que o resultado do exercício foi afetado:**

**Por valorimetrias diferentes das previstas no capítulo 4 «Critérios de valorimetria»;**

Nada a referir.

**Por amortizações do activo imobilizado superiores às adequadas;**

Nada a referir.

**Por provisões extraordinárias respeitantes ao activo.**

Nada a referir.

Em conformidade com as disposições estabelecidas no POCAL – 2.7.3 – Resultado Líquido do Exercício – concretamente no que se refere ao ponto 2.7.3.2 – O Resultado Líquido do Exercício deverá em 2016 ser transferido para a conta 59 “Resultados Transitados”.

#### **8.2.6 – Comentário às contas 431 – Despesas de Instalação e 432 – Despesas de Investigação e Desenvolvimento.**

A conta “431 – Despesas de Instalação” regista valores relativos a projetos para a realização de obras.

#### **8.2.7 - Movimentos do Imobilizado Bruto e Amortizações**

##### **Imobilizado Bruto**

(Ver mapa em anexo)

##### **Amortizações**

(Ver mapa anexo)

#### **8.2.8 - Cadastro do Imobilizado**

Face à extensão dos documentos suporte e dado a informação global estar patente nos respetivos quadros, optou-se por não incluir o mencionado mapa neste ponto do POCAL, encontrando-se disponível no Sector de Património da autarquia a informação referente a este ponto.

#### **8.2.9 – Indicação dos custos incorridos no exercício e respeitantes a empréstimos obtidos para financiar imobilizações, durante a construção, que tenham sido capitalizados nesse período.**

Não Aplicável.

**8.2.10 – Indicação dos diplomas legais nos termos dos quais se baseou a reavaliação dos bens do Imobilizado.**

Não Aplicável.

**8.2.11 – Elaboração de um quadro discriminativo das reavaliações.**

Não Aplicável.

**8.2.12 – Relativamente às Imobilizações corpóreas e em curso, deve indicar-se o valor global, para cada uma das contas, de:**

**Imobilizações em poder de terceiros, incluindo bens de domínio público cedidos por contrato de concessão, em conformidade com o estabelecido no POCAL.**

Não Aplicável.

**Imobilizações implantadas em propriedade alheia.**

Não Aplicável.

**Imobilizações reversíveis.**

Não Aplicável.

**8.2.13 – Indicação dos bens utilizados em regime de locação financeira, com menção dos respetivos valores contabilísticos.**

Nada a referir.

**8.2.14 - Relação dos bens do imobilizado que não foi possível valorizar, com indicação das razões dessa impossibilidade.**

A relação dos eventuais bens do imobilizado que não foi possível valorizar, encontra-se disponível na Secção de Património da autarquia. A não valorização prende-se com a necessidade de que alguns bens não terem registo histórico o que dificulta a sua correta avaliação, bem como da necessidade de se criar uma comissão de avaliação para avaliar esses mesmos bens, que ainda não foi constituída.

**8.2.15 - Bens de domínio público que não são objeto de amortização**

De acordo com o previsto no POCAL e nas tabelas anexas à Portaria n.º 671/2000, 17 de Abril, que regulamentam as taxas de amortização dos bens imobilizados, os terrenos e recurso naturais, bem como os bens do património histórico, artístico e cultural não são alvo de amortizações.

**8.2.16 - Designação das entidades participadas**

Designação	Sede	Participação	Capitais Próprios	Resultado Líquido	Ano
Empresa Municipal Celoricense, EM	Celorico da Beira	100%	1.566.251,58	-89.655,02	2016
WRC - Web Para A Região Centro, Agência de Desenvolvimento Regional, S.A.	Tamengos	0,18%	1.375.750€	132.274,01	2016

**8.2.17 - "Títulos negociáveis"**

O Município de Celorico da Beira não dispõe de investimentos em títulos negociáveis

**8.2.18 - "Outras aplicações financeiras"**

Não Aplicável.

**8.2.19 – Indicação Global, por categorias de bens, das diferenças, materialmente relevantes, entre os custos de elementos do Ativo Circulante, calculados de acordo com os critérios valorimétricos adaptados, e as quantias correspondentes aos respetivos preços de mercado.**

Não Aplicável.

**8.2.20 – Fundamentação das circunstâncias especiais que justificaram a atribuição a elementos do ativo circulante de um valor inferior ao mais baixo do custo ou do mercado.**

Não Aplicável.

**8.2.21 – Indicação e Justificação das provisões extraordinárias respeitantes a elementos do ativo circulante, relativamente aos quais, face a uma análise comercial razoável, se prevejam descidas estáveis provenientes de flutuações de valor.**

Não Aplicável.

**8.2.22 – Valor global das dívidas de cobrança duvidosa incluídas em cada uma das rubricas de dívidas de terceiros constantes do balanço.**

O valor das dívidas de cobrança duvidosa no final do exercício de 2016 ascende 33.343,89 €, relativa a Clientes, contribuintes e utentes de cobranças duvidosa.

**8.2.23 – Valor global das dívidas Ativas e Passivas, respeitantes ao pessoal da Autarquia Local.**

Existem valores relativos a férias e subsídios de férias no valor de 370.758,31 € (acrescidos de encargos que apenas serão devidos aquando dos processamentos) devidos a 31-12-2016 que só serão pagos em 2017, estando os devidos valores contabilizados na conta 2732.

**8.2.24 – Quantidade e valor nominal de obrigações e de outros títulos emitidos pela entidade, com a indicação dos direitos que conferem.**

Não Aplicável.

**8.2.25 - "Estado e outros entes públicos"**

Existe uma dívida à ADSE no montante de 628.783,19€, estando em vigor um plano de pagamentos acordado em 2015.

**8.2.26 - Descrição desagregada das responsabilidades, por garantias e cauções prestadas**

(Ver mapa das contas de ordem anexo)

Existem garantias prestadas pelo Município a diversas entidades na CGD no valor global de 343.723,75€ que dada a antiguidade, não nos é possível à presente data aferir a origem das mesmas, sendo que todas elas estão previstas serem finalizadas em 2017.

**8.2.27 Desdobramento das contas de provisões acumuladas explicitando os movimentos ocorridos no exercício, de acordo com o quadro seguinte:**

Contas		Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
19	Provisões para Aplicações de Tesouraria	-	-	-	-
291	Provisões para Cobranças Duvidosas	27.850,51	1.910,17		29.760,68
292	Provisões para Riscos e Encargos	1.583.600,43	251.114,70	380.146,94	1.454.568,19
39	Provisões para Depreciação de Existências	-	-	-	-
49	Provisões para Investimentos Financeiros	-	1000,00	-	1000,00

Foram efetuados ajustes nas provisões para riscos e encargos tendo em conta o montante dos processos judiciais em curso, bem como se fez um acerto nas provisões para cobranças duvidosas. Foi igualmente efetuada uma provisão para investimentos financeiros tendo em consideração os resultados transitados negativos de uma das participadas cuja participação está contabilizada pelo custo de aquisição.

**8.2.28 – Explicitação e justificação dos movimentos ocorridos no exercício de cada uma das contas da Classe 5 "Fundo Patrimonial", constantes do Balanço.**

Rubricas	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Património	16.306.961,20			16.306.961,20
Ajustamento de partes de capital em empresas	-1.588.344,53			-1.588.344,53
Reservas Legais	5.645,16			5.645,16
Subsídios	494.407,11	10.478,61		504.885,72
Resultados Transitados	-1.081.665,45	435.068,43	185.985,79	-832.582,81
<b>Total</b>	<b>14.137.003,49</b>	<b>445.547,04</b>	<b>185.985,79</b>	<b>14.396.564,74</b>



A conta “575 – Subsídios” foi movimentada pela imputação de um subsídio relativo à “Requalificação das Margens do Rio Mondego”.

Na conta “59 – Resultados Transitados” houve uma redução do valor negativo, relativa à transferência dos resultados do exercício anterior no valor de 252.082,64€. A conta também foi movimentada para regularização de saldos iniciais de receita relativos a saneamento e resíduos sólidos, tendo sido efetuado um movimento de 136.934,92€ a crédito e 139.934,92€ a débito.

#### **8.2.29 - Demonstração do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas**

(Ver mapa anexo)

#### **8.2.30 - Demonstração da variação da produção**

Não aplicável.

#### **8.2.31 - Demonstração de resultados financeiros**

(Ver mapa anexo)

#### **8.2.32 - Demonstração dos resultados extraordinários**

(Ver mapa anexo)

### **8.3.33 – Outra Informação Relevante**

## **BALANÇO**

### **Ativo**

A rubrica “271 – Acréscimos de proveitos” regista o valor das receitas a cobrar no exercício seguinte, relativas ao exercício de 2016. Encontram-se especializadas as receitas relativas a água, parque eólico e impostos.

A rubrica “4112 – Investimentos financeiros – Empresas Municipais” foi movimentada tendo em conta o acerto do valor da participação financeira do Município na EMCEL, de acordo com o método da equivalência patrimonial.

A rubrica “4122 – Investimentos Financeiros – Fundo de Apoio Municipal”, contém um saldo relativo à participação do Município no Fundo de Apoio Municipal no valor global de 452.198,52€.

A rubrica “4113 – Empresa privadas ou cooperativas” foi movimentada pela participação na “WRC - Web Para A Região Centro, Agência de Desenvolvimento Regional, S.A.” no valor de 2.500€.

### **Passivo**

O Balanço distingue os valores das dívidas a terceiros de curto prazo e de médio e longo prazo de todas as rubricas e não apenas dos empréstimos de médio e longo prazo, sempre que seja necessário.

Nas dívidas a terceiros de curto prazo, a rubrica “2311 – Empréstimos de curto prazo” regista o valor do empréstimo de curto prazo.

A conta “23129 – Empréstimos M/L – Dívida Curto Prazo” reflete os empréstimos de médio e longo prazo a pagar no ano de 2017.

A conta “268126 – Devedores e Credores Diversos – Fundo de Apoio Municipal”, foi movimentada nos saldos iniciais pelo valor da participação do Município no Fundo de Apoio Municipal, no valor global de 452.198,52€, conforme o comunicado pela DGAL, e de acordo com a nota explicativa emanada pelo SATAPOCAL relativa à contabilização desta participação conforme o disposto na Lei n.º 53/2014 de 25 de Agosto, estando o valor separado pela parte a contribuir no curto prazo, da de médio e longo prazo, sendo que a dívida a 31-12-2016 era de 322.998,52€.

A conta 26813000481, reflete dívida bancária à CGD internalizada da EMCEL sendo que do total de 872.861,28€, apenas 61.614,58€ foram considerados como dívida de curto prazo tendo em consideração o plano de pagamentos previsto para esta dívida.

A Conta 224 reflete a dívida a fornecedores internalizados da EMCEL no valor total de 74.498,12.

A rubrica “273 – Acréscimos de custos” regista o valor da estimativa das Férias, Subsídio de Férias e respetivos Encargos Sociais do exercício de 2016 a pagar no ano seguinte.

### **Fundos Próprios**

A rubrica “59 – Resultados Transitados” foi movimentada pela aplicação do resultado líquido do exercício do ano anterior, bem como acertos relativos a exercícios anteriores.

## **DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS**

### **CUSTOS E PERDAS**

Na Conta “65 – Outros custos e perdas operacionais” para além de impostos, taxas e quotizações, está refletido um montante de 72.310,16€ relativo a custos com as amortizações dos bens do imobilizado da EMCEL que foram contabilizados no património do município.

Na conta “67 – Provisões do exercício” está refletido o valor de provisões do ano relativas a cobranças duvidosas.

### **PROVEITOS E GANHOS**

Na conta “75 – Trabalhos para a própria entidade” encontra-se o montante apurado das obras por administração direta da Câmara Municipal.

Na conta “79 – Proveitos e ganhos extraordinários” estão contabilizados acréscimos de proveitos resultantes da especialização de receitas obtidas em 2017 bem como as reduções às provisões para processos judiciais em curso.